

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.341 - RJ (2019/0276797-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : WALDEMAR DOS SANTOS NEVES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que deu provimento ao apelo defensivo, assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. ESCALADA. ACUSADO CONDENADO A PENA DE 02 (DOIS) ANOS DE DETENÇÃO, EM REGIME ABERTO, E AO PAGAMENTO DE 10 (DEZ) DIAS-MULTA, NO VALOR MÍNIMO LEGAL, SENDO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CABIMENTO. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. SENTENÇA REFORMADA. PROVIMENTO DO RECURSO.

Sustenta o Ministério Público violação dos arts. 155, § 4º, II, do CP e 386, III, do CPP, porquanto o Tribunal de origem reconheceu a atipicidade da conduta, *não obstante tenha o crime sido praticado mediante escalada e apesar de o recorrido ostentar anotações criminais em sua folha de antecedentes criminais, inclusive com condenação transitada em julgado pela prática de crime contra o patrimônio* (fl.379).

Requer o provimento do recurso para afastar a aplicação do princípio da insignificância, com retorno dos autos para análise das demais teses defensivas referentes à dosimetria.

Contra-arrazoado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, ao reconhecer a atipicidade da conduta pela prática do delito do art. 155, § 4º, II, do CP, absolvendo o réu, assim se manifestou (fl. 363):

Com efeito, foi o acusado condenado pela prática do crime tipificado no artigo art. 155, §§ 2º e 49, II, do Código Penal, **por tentar subtrair uma lona de polietileno, pertencente à pessoa jurídica Companhia Siderúrgica Nacional.**

[...]

Extrai-se dos autos, que tais elementos convergem para uma lesividade

mínima da conduta praticada, estando aptos, portanto, a excluir a sua relevância penal.

A uma, porque o comportamento do réu foi praticado sem emprego de violência ou de grave ameaça, a evidenciar o seu reduzido grau de reprovabilidade e ausência de periculosidade social.

A duas, porque o apelante foi preso logo após os fatos, sendo certo que o bem subtraído não saiu da empresa furtada, tendo sido totalmente recuperado.

Logo, embora a conduta imputada ao acusado se amolde à definição jurídica do crime de furto, é de se concluir que mínimas se apresentam a ofensividade e a lesão ao bem jurídico, não tendo o comportamento gerado nenhuma perturbação social.

O juízo sentenciante, ao afastar a insignificância, asseverou (fl. 270):

Com efeito, a hipótese em exame, por algumas razões, não recomenda a aplicação do Princípio da Bagatela ou Insignificância.

Isso porque, **conforme se verifica pela análise da folha de antecedentes criminais do réu, o furto em análise não é, certamente, um desvio isolado em sua vida.**

Vale dizer, **o denunciado possui inúmeras anotações criminais e, inclusive, ostenta duas condenações definitivas pela prática de delitos patrimoniais.**

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior tem afastado a aplicação do princípio da insignificância aos casos em que o agente é reincidente ou contumaz na prática delitiva, bem como se o delito de furto é praticado mediante escalada ou por rompimento à obstáculo, circunstâncias presentes no caso dos autos, conforme se observa do trecho da sentença acima transcrita.

Confira-se:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FURTO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

II - A jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento ou rompimento de obstáculo, concurso de agentes, ou se o paciente é reincidente ou possuidor de maus antecedentes, indica a reprovabilidade do comportamento a afastar a aplicação do princípio da insignificância (precedentes).

III - Na hipótese, o paciente é reincidente. Dessa forma, na linha de precedentes desta Corte, ressalvado o meu entendimento pessoal, mostra-se incompatível o princípio da insignificância com sua conduta.

Habeas corpus não conhecido (HC 379.125/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 02/03/2017)

PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ATIPICIDADE MATERIAL. NÃO RECONHECIMENTO. (3) REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA. (4) FURTO MEDIANTE ESCALADA. ESPECIAL REPROVABILIDADE. (5) WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

3. Na espécie, contudo, não há se falar em aplicação do princípio da insignificância, pois o paciente é reincidente na prática de crimes contra o patrimônio e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "apesar de não configurar reincidência, a existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais é suficiente para caracterizar a habitualidade delitiva e, consequentemente, afastar a incidência do princípio da insignificância" (AgRg no AREsp 505.895/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2014). Ressalva do entendimento desta Relatora.

4. A jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento ou rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância.

5. *Writ não conhecido* (HC 375.702/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para, afastada a absolvição pela incidência do princípio da insignificância, que o Tribunal de origem prossiga na apreciação das demais teses defensivas.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator